



issn: 2176-5960

Προμηθεύς  
journal of philosophy



January – April 2024 N. 44

## A INCLUSÃO DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS NO IGUALITARISMO

## THE INCLUSION OF NON-HUMAN ANIMALS IN EGALITARIANISM

*Diego Alexandre Neves da Silva*  
Mestrando em Filosofia (UFSC)

**RESUMO.** Igualitarismo pode ser definido como o ponto de vista que defende que uma situação melhora, em ao menos um aspecto, se o valor contido nessa situação é distribuído de forma mais igualitária entre os indivíduos. Apesar de ter muitos adeptos, parte da teoria foi ignorada por eles: o igualitarismo leva em consideração todos os seres *sencientes*, mas os animais não-humanos, que são a maioria desses seres, não estavam sendo incluídos nos textos sobre o assunto, tornando a literatura incompleta e impontual. A lacuna existente justifica e realização de um estudo sobre as consequências desse ponto de vista para com os animais não-humanos. Entre os poucos que discutiram sobre, estão Horta, Faria, Holtug, Lippert-Rasmussen, Person e Vallentyne, que serão minhas referências bibliográficas para mostrar seis consequências do igualitarismo para os animais não-humanos: (1) rejeitar o especismo, (2) não prejudicar animais não-humanos para o próprio benefício, (3) envolvimento no ativismo em prol dos animais não-humanos, (4) ajudar ativamente animais não-humanos, independentemente de onde esses animais vivem, incluindo os animais que se localizam na natureza; (5) dar prioridade de atendimento às necessidades dos animais não-humanos e (6) essas cinco consequências acima independem do tipo de igualitarismo que for assumido.

**PALAVRAS-CHAVES:** igualitarismo, animais não-humanos, especismo.

**ABSTRACT.** Egalitarianism can be defined as the view which holds that a situation improves on at least one aspect if the value contained in this situation is distributed more equally among individuals. Despite having more followers, part of the theory was ignored by them: egalitarianism takes into consideration all sentient beings, but the non-human animals, which are the majority of them, were not included in the texts on the subject, making this literature incomplete and inaccurate. Because of this, it is necessary to study the consequences that this view has for non-human animals. Among the few who discuss, are Horta, Faria, Holtug, Lippert-Rasmussen, Person and Vallentyne, who are my bibliographical references to show six consequences of egalitarianism for non-human animals: (1) to reject speciesism, (2) do not harm non-human animals for self-benefit, (3) to engage yourself in activism in favor of non-human animals, (4) actively assist non-human animals regardless of where these animals live, which includes animals who lives in the nature, (5) to give priority to attend non-human animals needs and (6) these five consequences above are independent of the kind of egalitarianism that is assumed.

**KEYWORDS:** egalitarianism, non-human animals, speciecism.

## 1. INTRODUÇÃO

A palavra *igualdade* já foi assunto para muitos teóricos, como Rawls (2000), Rosseau (2008), Singer (2010), Dworkin (1981a; 1981b), Temkim (1993), Parfit (1995), em seus distintos contextos. Os três últimos são adeptos do igualitarismo, que é um ponto de vista que defende que uma situação melhora, em ao menos um aspecto, se o valor contido nessa situação é distribuído de forma mais igualitária entre os indivíduos (HORTA, 2010c). O igualitarismo leva em consideração todos os seres *sencientes*, conseqüentemente incluindo os animais não-humanos, porém, mesmo assim, a maioria dos igualitaristas, incluindo os autores citados, não discutiram seriamente sobre as conseqüências desse ponto de vista para com os animais (HORTA, 2016).

Parfit (1995), um dos mais importantes teóricos igualitaristas, em sua respeitada obra “Reasons and Persons”, permaneceu desnorteado pelas questões elencadas sobre o tema e concluiu afirmando que a busca por uma maneira satisfatória de lidar com o problema deve continuar (SINGER, 2002). E como vou mostrar no tópico 5, Peter Vallentyne (2005), teórico igualitarista atual, utilizou um argumento inconsistente para dar um peso maior aos interesses dos seres humanos frente aos outros animais, em sua obra “Of Mice and Men”. O igualitarismo enquanto teoria incompleta e impontual, torna necessário um estudo sobre suas conseqüências para com os animais não-humanos.

Entre os poucos que discutiram sobre, estão Horta (2016), Faria (2014), Holtug (2006), Lippert-Rasmussen (2006), Person (1993) e Vallentyne (2005), que serão minhas referências para mostrar seis conseqüências do igualitarismo para com os animais não-humanos: (1) rejeitar o especismo; (2) não prejudicar animais não-humanos para o próprio benefício; (3) envolvimento no ativismo em prol dos animais não-humanos; (4) ajudar ativamente animais não-humanos, independentemente de onde esses animais vivem, incluindo animais que se localizam na natureza; (5) dar prioridade de atendimento às necessidades dos animais não-humanos e (6) essas cinco conseqüências independem do tipo de igualitarismo que for assumido.

Vou discutir, na ordem, o que é igualitarismo, como animais não-humanos são discriminados, a crítica “levelling down” feita ao igualitarismo, a maximização do

bem-estar como solução para a crítica anterior, a inclusão dos animais não-humanos nessa teoria e suas seis consequências para com os não-humanos.

## 2. O IGUALITARISMO

O igualitarismo pode ser definido como o ponto de vista que defende que uma situação melhora, em ao menos um aspecto, se o valor contido nessa situação é distribuído de forma mais igualitária entre os indivíduos (HORTA, 2010c). Consequentemente, é uma teoria incompatível com qualquer tipo de discriminação, seja racismo, sexismo, especismo ou qualquer outra (HORTA, 2016).

Isto é, se podemos escolher entre: 1) uma situação onde alguns indivíduos vivem bem e outros vivem mal, ou 2) todos os indivíduos vivem igual e razoavelmente bem; para o igualitarismo, devemos preferir a segunda opção, já que, nela, existe maior igualdade. Por tal princípio, é melhor que todos os indivíduos estejam igualmente em uma situação razoável do que os indivíduos estarem uns vivendo luxuosamente, e outros na miséria.

Esse ponto de vista se diferencia de outros que prescrevem as mesmas ações ou consequências, mas por motivos diferentes. Prioritaristas, por exemplo, concordariam que a situação preferível é a segunda porque defendem que devemos agir de forma a destinar os maiores benefícios para os indivíduos que estão na pior situação (FARIA, 2014). Essa teoria difere do igualitarismo em que se preocupa com a igualdade instrumentalmente (apenas pra trazer os melhores benefícios para aqueles que estão mais prejudicados) e não a tratando como boa em si.

De qualquer forma, as duas teorias estão comprometidas com o que a teórica Catia Faria (2014, p.226) chamou de “the wide egalitarian thesis”. Essa é uma tese igualitária mais abrangente que o igualitarismo e o prioritarismo, podendo incluir o objetivo dessas duas teorias simultaneamente. Essa grande tese igualitária prescreve que: nós devemos buscar a maior igualdade de distribuição de bem-estar entre os

indivíduos (ou grupo de indivíduos), de modo que aquele que esteja em situação desfavorável receba uma melhora em sua situação (FARIA, 2014).

Outra diferenciação relevante é entre igualitarismo axiológico e igualitarismo deôntico. O primeiro vê a igualdade como boa em si, enquanto o segundo prescreve que temos motivos para procurar que se dê uma situação igualitária, mas não que a igualdade seja boa em si. Na prática, ambos prescrevem a mesma coisa (HORTA, 2010c).

Com essa divergência, pode surgir uma pequena confusão com a palavra “igualdade”. O autor de uma das obras mais antigas e conhecidas sobre especismo, Peter Singer (2010) deu ao primeiro capítulo de seu livro o nome “Todos animais são iguais”. À primeira vista, pode parecer que o autor trata sobre uma busca por distribuição igualitária de bem-estar entre todos os animais, humanos e não-humanos; mas não é essa a intenção. O que Peter Singer (2010) defende que todos os animais devem receber um peso igual de consideração, isto é, que os interesses de um indivíduo (como o de não sofrer, o interesse em ter prazer e o interesse em não sentir dor) não podem receber uma maior consideração em relação aos interesses de outros indivíduos sem que haja uma justificativa para isso. Por exemplo, os racistas dão maior consideração aos interesses das pessoas brancas do que aos interesses das pessoas negras, e não há uma justificativa. Sendo assim, não há igual consideração em situações de racismo. Esse tratamento desfavorável e injustificado contra alguém que pertence a determinado grupo pode ser chamado de discriminação (HORTA, 2010a).

O que a igual consideração de interesses exige é que não discriminemos. Já a igualdade da qual o igualitarismo se refere não é apenas sobre não discriminar, mas sim sobre a distribuição de bem-estar entre os indivíduos (HORTA, 2010c; PERSSON, 1993).

Peter Singer faz essa defesa no livro “Libertação Animal” por um ponto de vista utilitarista (FRANCIONE, 2013). O utilitarismo clássico é uma teoria ética baseada em três pontos: 1) para sabermos se uma ação é moral ou imoral, devemos analisar as consequências dela e nada mais; 2) para sabermos se uma ação é justa ou injusta, verificamos se essa ação aumenta ou diminui a felicidade dos indivíduos em geral: se aumenta, é justa; se diminui, é injusta; 3) os indivíduos devem receber igual consideração sob suas felicidades, nenhum indivíduo conta mais que outro (a não ser

que a ação de dar maior consideração a alguém produza o maior saldo total de felicidade possível) (RACHELS & RACHELS, 2013).

Assim, como o igualitarismo, o utilitarismo clássico preocupa-se apenas com as consequências das ações para determinar quais são morais ou imorais, porém o utilitarismo clássico não se preocupa intrinsecamente com uma distribuição igualitária de bem-estar. Esse utilitarismo inquieta-se, em primeiro lugar, com a maximização da soma total de felicidade (prazer)<sup>1</sup> entre os indivíduos. Sendo assim, se uma ação produz a maior soma total de prazer, o utilitarismo clássico considera-a correta, independentemente de como o bem-estar está distribuído entre os indivíduos - seja de forma igualitária ou desigual (HORTA, 2008).

Outros teóricos utilitaristas defenderam a existência de outros fatores que devem ser considerados além da maximização do prazer, como, por exemplo, John Stuart Mill (2001), o qual defende a existência de situações nas quais determinadas ações vão ser sempre boas ou sempre ruins.

Além disso, como mostrei anteriormente, o utilitarismo requer também que não discriminemos, isto é, que não priorizemos os interesses de alguns indivíduos sem haver uma justificativa para isso. Essa exigência vem por meio do princípio de igual consideração, combinado com o princípio de maximização do prazer (produzir a maior quantidade possível de felicidade) para produzir os resultados mais satisfatórios (RACHELS & RACHELS, 2013). O utilitarista Henry Sidgwick escreveu em sua obra que, para os utilitaristas produzirem uma distribuição igualitária de bem-estar com suas ações, era necessário que combinassem o princípio de igual consideração com o princípio de maximização da felicidade (HORTA, 2008, apud, SIDGWICK, 1996).

A mesma consideração de interesses nem sempre gera uma distribuição igualitária de bem-estar (HORTA, 2016). Por exemplo, vamos supor uma situação em que temos dez mil reais disponíveis para ajudar crianças de uma região da África, de duas formas: 1) comprando brinquedos para cinco mil crianças que vivem entediadas, proporcionando uma vida mais feliz a elas; ou 2) tratando as doenças de apenas cinco crianças em situações miseráveis, de forma a propiciá-las uma vida razoável. Se

---

<sup>1</sup> “Para os utilitaristas, o bom é a felicidade e o mal é o sofrimento, e são contrários: onde há mais felicidade, há menos sofrimento, e onde há menos sofrimento há mais felicidade. Além do mais, para eles a felicidade é o prazer. E difere de outras teorias com as mesmas características pelo critério de somar a felicidade de todos indivíduos existentes no cálculo total”. (RACHELS & RACHELS, 2013, p.120).

julgarmos que presentear 5 mil crianças com brinquedos produzirá uma quantidade maior de felicidade do que tratar as doenças das outras 5 crianças e analisarmos essa situação por um ponto de vista utilitarista, a ação justa seria usar o dinheiro para comprar brinquedos. Isso porque o utilitarismo só exige que produzamos a maior quantidade de felicidade possível e respeitemos o princípio de igual consideração.

Nesse caso, além de ser produzida a maior soma total de felicidade, não houve discriminação na ação. Os indivíduos não foram selecionados a partir de etnia, gênero, nacionalidade ou qualquer outro critério arbitrário para serem ajudados ou não. O único critério usado foi o que defende que é justo realizar a ajuda capaz de produzir a maior soma total de felicidade (maximização do prazer). Sendo assim, o princípio da igual consideração de interesses foi respeitado nessa ação.

Em uma situação de desigualdade, entretanto, se queremos agir de forma que produzamos uma distribuição de bem-estar mais igualitária, e ao mesmo tempo maximizemos a soma total de bem-estar (para não deixar todos numa situação ruim), devemos melhorar a situação daquele que está em condições muito desfavoráveis (HORTA, 2016).

É inegável o fato de que uma criança doente e em situação de miséria é mais prejudicada em relação a uma criança que apenas não tem brinquedos. Então, se queremos produzir uma distribuição mais igualitária de bem-estar entre os indivíduos, maximizando a soma total de bem-estar, devemos melhorar a situação das crianças doentes e em situação miserável, ao invés de comprar brinquedos para o outro grupo de crianças.

A ação de comprar os brinquedos para as crianças, portanto, produz a maior quantidade de bem-estar e dá igual consideração aos interesses dos indivíduos envolvidos, mas não produz uma distribuição igualitária. Isto é, situações que combinam a maximização do prazer com a igual consideração de interesses, ainda assim podem ser muito desiguais.

Uma crítica à essa ideia de Sidgwick (1996) foi feita anteriormente pelo teórico contratualista John Rawls na obra “Uma Teoria da Justiça”, na qual ele afirma não haver razões para que os benefícios maiores de alguns compensem as perdas menores de outros (RAWLS, 2000). Apesar da defesa de Rawls, sua teoria não é compatível com o igualitarismo por vários motivos, entre eles, utilizar os conceitos de “personalidade

moral” e “pessoas morais potenciais” para definir um critério de consideração moral, diferente do igualitarismo que, como vou mostrar, baseia-se na *senciência* como critério (CUNHA, 2010).

Outra versão do utilitarismo prescreve que, ao invés de buscar a maximização do prazer, devemos buscar a minimização do sofrimento, tornando-se mais semelhante ao igualitarismo e resolvendo o problema da combinação do princípio de utilidade com o de maximização do prazer (LESLIE, 1996).

De qualquer forma, é um equívoco usar a igual consideração como sinônimo de igual distribuição, ou acreditar que a igual consideração gera igual distribuição. O que os igualitaristas defendem é uma distribuição de bem-estar mais igualitária, o que consequentemente exige que não discriminemos, mas não se trata apenas desse fator, é muito mais que isso (HORTA, 2016). Assim, quando dizemos que os igualitaristas buscam igualdade, eles buscam igualdade de bem-estar, isto é, uma distribuição igualitária de bem-estar entre os indivíduos<sup>2</sup>.

## 2. DISCRIMINAÇÃO CONTRA ANIMAIS NÃO-HUMANOS

No mercado brasileiro e mundial, existe uma variedade muito grande de produtos vindos de exploração animal, sejam produtos feitos com pedaços do corpo de animais (como carnes ou casacos de pele), ou suas secreções (leite, ovos...), feitos a partir da força de trabalho (burros “de carga”), ou serviços obtidos a partir da experimentação farmacêutica ou de cosméticos em animais (produtos de higiene e beleza). Essa exploração inclui infligir uma enorme quantidade de sofrimento aos animais e privá-los de desfrutarem de suas vidas, na maioria das vezes, confinando-os e matando-os (HORTA, 2016).<sup>3</sup>

Muitos humanos são contrários à ideia de explorar seus iguais dessa forma, a escravidão humana é considerada inadmissível pela maioria de nós, mas quando se trata

<sup>2</sup> Alguns igualitaristas fizeram algumas objeções à busca pela igualdade de bem-estar, como John Rawls (2000), Ronald Dworkin (1981a; b), Nils Holtug e Kasper Lippert-Rasmussen (2007.) Alguns defendiam que a igualdade fosse de recursos para conseguir bem-estar, como outros defendiam que a igualdade fosse de acesso aos recursos para conseguir bem-estar, ao invés de simplesmente uma igualdade de bem-estar. Mas em geral, podemos dizer que todos os igualitaristas estão preocupados com o bem-estar dos indivíduos, o que muda é o método para atingir a igualdade de bem-estar entre eles. Não é o objetivo deste texto tratar disso, então vou me referir apenas à igualdade de bem-estar daqui em diante.

<sup>3</sup> (MOOD, A. & BROOKE, 2010).

de escravizar animais não-humanos, muitos consideram aceitável. Isto é, os humanos costumam considerar errada a ação de cometer abusos desse tipo, porém, quando o abuso é cometido contra todo ser que não pertence à espécie humana, passam a considerar essa ação aceitável. Nesse caso, não é dada consideração ou é destinado tratamento desvantajoso e injustificado. Esse tipo de discriminação se chama especismo (HORTA, 2010a).

É comum vermos humanos se posicionando contrariamente a abusos contra cães e gatos, mas não se importando com abusos contra vacas, galinhas, ou porcos, além de, muitas vezes, até financiar o abuso por meio da compra de produtos vindos da exploração animal na indústria. Um exemplo disso são as ONG's<sup>4</sup>, as quais comumente fazem almoços beneficentes com vacas, galinhas ou porcos mortos para ajudar cães e gatos com o dinheiro arrecadado, enquanto podem fazer a mesma arrecadação apenas com alimentos de origem vegetal. Tanto os cães quanto as vacas não fazem parte da espécie humana, e ambos são discriminados pelos humanos, mas claramente a maioria das vacas são muito mais discriminadas que a maioria dos cães. Os indivíduos de determinadas espécies geralmente são discriminados em maior ou menor grau em relação a outros que não pertencem à mesma espécie.

Situações de discriminação acontecem sempre que alguém é desfavorecido injustamente, independente de como, onde e quando essa discriminação acontece (HORTA, 2010c). Por exemplo, ajudar animais não-humanos vítima de exploração, mas negar ajuda aos animais não-humanos que vivem na natureza e são vítimas de males naturais é um tipo de discriminação (HORTA, 2015). Vou discutir melhor sobre isso no tópico 5.

#### 4. COMBINAR IGUALDADE E MAXIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR

Há um problema quando buscamos apenas a distribuição mais igualitária, como igualitarismo axiológico propõe (HORTA, 2010c), por exemplo: vamos supor que, em uma cidade, metade dos habitantes é pobre e, por isso, vive uma vida ruim. A outra

---

<sup>4</sup> Organizações não-governamentais.

metade dos habitantes também é pobre, mas devido à condição de saúde, leva uma vida muito pior, uma vida miserável.

Se buscássemos apenas a igualdade, poderíamos escolher entre duas opções: 1) dar prioridade a socorrer as pessoas em situação miserável, aumentando o saldo de igualdade; ou 2) arruinar a vida dos que estão em uma situação mais favorecida, para que todos os habitantes fiquem igualmente miseráveis. Se escolhermos a segunda opção, todos os indivíduos saem extremamente prejudicados, ao invés de apenas a metade deles e, mesmo assim, ambas as ações geram o mesmo aumento no saldo total de igualdade. E uma situação em que todos saem extremamente prejudicados, ao invés de só metade deles, não parece um bom resultado. Essa é a objeção que Derek Parfit fez em seu artigo “Equality or Priority”, a qual pode ser chamada de “levelling down” (PARFIT, 1995, p.4).

Tal percepção pode nos levar a pensar que o igualitarismo não é uma boa opção, porque nessas situações pode levar a um cenário desastroso (HORTA, 2010c), mas há uma combinação que resolve esse problema: se, ao invés de buscarmos apenas a igualdade, também buscarmos o aumento do bem-estar, necessariamente teríamos de escolher dar prioridade a socorrer aqueles em situação miserável, isto é, não poderíamos arruinar a vida dos que estão em situação mais favorecida para gerar aumento no saldo total de igualdade, porque essa ação diminui o saldo de bem-estar ao invés de aumentá-lo (HORTA, 2010c).

Esse é um motivo plausível para adotarmos uma ética que combina a igualdade com o bem-estar, ao invés de adotar uma ética que visa apenas a igualdade. Outra razão para isso é que, caso não soubéssemos se ocuparíamos a posição mais desfavorável ou menos desfavorável, é pouco provável que desejaríamos a piora da situação de qualquer um dos grupos para estabelecer igualdade<sup>5</sup>.

Sendo assim, daqui em diante vou me referir ao igualitarismo como a ética baseada em: a) uma situação é melhor se em ao menos um aspecto, é mais igualitária que as outras e b) uma situação é melhor em ao menos um aspecto, quando aumenta o

---

<sup>5</sup> Aqui, além disso, poderíamos discutir sobre conceitos sobre maximin e leximin, que são critérios que dão pesos quantitativos extras para a desigualdade nos níveis mais baixos, que podem ser feitos de várias maneiras, como dar pesos progressivamente conforme o nível da desigualdade (HORTA,2010c).

saldo total de bem-estar e diminui o saldo total de sofrimento (apenas na medida em que produz o maior saldo de igualdade).<sup>6</sup>

## 5. O IGUALITARISMO SE PREOCUPA COM ANIMAIS NÃO-HUMANOS?

Em 1780, Jeremy Bentham imprimiu, pela primeira vez, sua obra “An Introduction to the Principles of Morals and Legislation”, na qual escreveu que a natureza colocou a humanidade sob o governo de dois mestres soberanos: a dor e o prazer.

O que ele quis dizer com isso é que temos motivos plausíveis para determinarmos o certo a se fazer com base na dor e no prazer. E a partir disso, Bentham (2010) afirma que o critério para sabermos quem será acolhido pela ética e pela legislação não consiste em saber se temos a capacidade de raciocinar, ou de falar, mas sim se temos a capacidade de sofrer. A capacidade de sofrer e ter prazer pode ser chamada de *senciência* (SINGER, 2010).

Alguns teóricos, como Kant (2002), acreditavam não ser necessário darmos consideração moral aos animais não-humanos porque, ao contrário dos humanos, eles não têm algumas capacidades (como racionalidade e capacidade de linguagem). Adela Cortina (2009), uma teórica atual, adepta da teoria kantiana, argumentou diretamente contra a ideia de Bentham, em seu livro “Ética Mínima”, defende que “só as pessoas, por força de sua autonomia, têm de ser universalmente respeitadas e assistidas em seu anseio à felicidade” (CORTINA, 2009, p. 47).

Nesse trecho, Adela defende que os seres humanos, chamados por ela de “pessoas”, são os únicos providos de capacidade de racionalizar e que, por isso, também devem ser os únicos a serem acolhidos pelo critério da ética, ao contrário dos animais não-humanos (CORTINA, 2009).

Nem todos os humanos são racionais e capazes de usar a linguagem, por exemplo, bebês recém-nascidos, alguns idosos senis, e alguns humanos que nasceram

---

<sup>6</sup> Lembrando que o igualitarismo considera a distribuição igualitária mais importante que a maximização do bem-estar e, em algumas situações, isso justifica sacrificar o saldo total de bem-estar em prol da distribuição de bem-estar (HORTA, 2016)

com deficiências intelectuais graves ou que sofreram acidentes não são capazes de usar a razão ou a linguagem. Algumas dessas pessoas têm menos capacidades intelectuais inferiores as de um cão adulto. Seguindo o raciocínio de Kant e Adela(2002;2009), esses humanos não devem ser acolhidos pela ética, isto é, suas vidas teriam o mesmo valor de um objeto qualquer e poderiam ser usadas para os interesses de humanos racionais, o que iria contra os direitos humanos e vários outros pilares importantes conquistados com muito esforço ao longo dos anos por movimentos sociais - o que parece um motivo plausível para preferirmos o critério que acolhe os seres *sencientes* aos seres racionais. Essa ausência de capacidades em animais não-humanos não justifica darmos consideração moral para todos os seres humanos, mas negarmos essa consideração para indivíduos de outras espécies (HORTA, 2016; FARIA, 2014; PERSSON, 1993; SINGER, 2010). O igualitarismo se preocupa com todos os seres sencientes (HORTA, 2016).

Dar menor consideração às necessidades de um indivíduo *senciente* que não pertence à espécie humana, é cometer discriminação contra indivíduos de outras espécies, isto é, especismo (HORTA, 2010a). Sendo assim, a primeira consequência do igualitarismo, em relação aos animais não-humanos, é que ele exige que nós rejeitemos o especismo. O igualitarismo é completamente incompatível com o especismo, ou com qualquer outra forma de discriminação (HORTA, 2016).

Houve uma objeção feita por um teórico chamado Peter Vallentyne (2005) de que, dar um peso igual para as necessidades dos animais humanos e não-humanos e priorizar as necessidades dos não-humanos, era algo questionável dentro do igualitarismo. O seu argumento tem a seguinte estrutura: 1) para o igualitarismo, o que importa é o bem-estar; 2) sendo assim, se alguém é capaz de se sentir bem ou mal, esse alguém necessariamente tem seus interesses levados em consideração pelo igualitarismo; 3) o igualitarismo também exige que pesemos uma igual consideração aos indivíduos sencientes e que priorizemos ajudar aquele em situação desfavorável, mesmo que isso prejudique a situação de quem está na melhor situação; 4) ratos têm capacidade de se sentirem bem ou mal e, normalmente, estão numa situação muito pior do que a dos humanos. O igualitarismo requer, portanto, que demos prioridade aos ratos, ao invés de priorizarmos os humanos, mesmo que, pra ajudá-los, precisemos usar

recursos que seriam destinados a ajudar humanos; 5) considerando que essa exigência é absurda, devemos buscar uma solução para evitá-la.

As quatro primeiras afirmações estão corretas, e o problema do argumento é que o salto inconsistente para a afirmação de que a exigência é absurda: não há nenhuma premissa prévia plausível que a sustente. O fato de um argumento soar absurdo ou exagerado não o torna inválido ou sem consistência. Décadas atrás, muitos de nossos descendentes consideravam absurda a abolição da escravidão de humanos negros, por exemplo e, nem por isso, a abolição de fato se tornou absurda. Esse é um argumento enganoso, que pode também ser chamado de falácia da derrapagem (DOWNES, 1995).

Em seguida, ele busca uma solução (sem que haja um problema para ser solucionado) e, como um dos argumentos da suposta solução, afirma que humanos têm maior capacidade de sofrer e ter prazer em comparação aos outros animais, de modo que isso deve fazer diferença quando formos priorizar um ou outro indivíduo - no caso, priorizaríamos os humanos por terem maiores capacidades de *senciência*. (VALLENTYNE, 2005).

Esse argumento não funciona, entretanto, uma vez que o único critério válido para dar prioridade a alguém é o bem-estar. Assim, utilizar capacidades superiores como critério moral é algo completamente arbitrário, isto é, uma forma de discriminação. Sendo assim, o argumento de Vallentyne (2005) é inconsistente e especista, além do que como o igualitarismo é incompatível com qualquer tipo de discriminação, também é incompatível com esse argumento (FARIA, 2014; HORTA, 2016). A inclusão dos animais não-humanos no igualitarismo tem muitas consequências, e poucos teóricos<sup>7</sup> expuseram as consequências dessa teoria para os animais não-humanos, por mais que sejam extremamente relevantes.

Como mostrei no tópico 2, no mercado mundial, existe uma variedade muito grande de produtos vindos de exploração animal, e a produção dessas mercadorias ou serviços inclui infligir uma enorme quantidade de sofrimento a esses animais e privá-los de desfrutarem suas vidas, na maioria das vezes, confinando-os e matando-os.

Em 2000, 45 bilhões de animais não-humanos foram mortos em matadouros. Em 2010, o número cresceu para 60 bilhões no ano.<sup>8</sup> Em 2009, foi estimado que mais de 3

---

<sup>7</sup> Como Horta (2010a), Faria (2014), Holtug & Lippert-Rasmussen (2006), e Persson (1993).

<sup>8</sup> (FAO, 2012).

trilhões de animais aquáticos foram pescados no ano (e, conseqüentemente, mortos).<sup>9</sup> A morte de praticamente todos esses animais foi dolorosa. Sem contar em outros ramos de exploração animal, seja indústrias de peles, o uso de animais não-humanos para entretenimento, testes em produtos alimentícios, de limpeza e cosméticos e outros.

Considerando que, até 2012, havia aproximadamente 7 bilhões de humanos no mundo, foram mortos em 2010, só em abatedouros, animais que somam a quantia de, em média, 8,5 vezes a população humana no planeta terra<sup>10</sup>. Claramente, na situação em que estão os animais não-humanos vítimas de exploração revela uma gigantesca desigualdade de bem-estar, colocando-os em uma péssima situação em comparação com os humanos, mesmo que muitos humanos estejam também em uma situação de extremo sofrimento.

A segunda consequência que segue do igualitarismo é que ele necessariamente exige que paremos de prejudicar animais não-humanos para benefício próprio, ou de qualquer outro indivíduo, seja humano ou não-humano - como cães que são beneficiados com rações de carne de vaca (HORTA, 2016). Isto é, o igualitarismo exige que paremos de comprar e contribuir direta ou indiretamente com a exploração animal. Aqueles que deixam de contribuir com a exploração animal costumam ser chamados de veganos, sendo assim, podemos dizer que o igualitarismo exige que nos tornemos veganos (HORTA, 2016).

Muitos humanos acreditam que parar de contribuir com a exploração animal é o suficiente, ou em outras palavras “fazer sua parte”. Outros podem acreditar que, além de pararmos de contribuir com a exploração animal, também devemos ajudar a acabar com ela e que isso seria o suficiente. Porém, o igualitarismo não trata nenhuma dessas duas opiniões como suficiente (HORTA, 2016).

A segunda opinião está correta em partes. Ajudar a acabar com a exploração animal diminui a desigualdade no mundo e, por isso, essa é a terceira consequência que o igualitarismo exige de nós: devemos ajudar ativamente os animais não-humanos, fazendo ativismo para espalhar ideias antiespecistas e o estilo de vida vegano (HORTA, 2016). Porém, a segunda opinião está incorreta quando diz que parar de contribuir e

---

<sup>9</sup> (MOOD, A. & BROOKE, 2017).

<sup>10</sup> (US. CENSUS BUREAU, 2017).

ajudar a acabar com a exploração animal é o suficiente (HORTA, 2016). De acordo com o igualitarismo, não é suficiente porque a maioria dos animais não-humanos em situações miseráveis não estão sendo explorados, mas sim livres em ambientes selvagens. Por fim, vale ressaltar que um número astronômico de animais não-humanos que sofrem desde o nascimento até a morte por causas naturais e sem ninguém para ajudá-los (HORTA, 2016). Vou explicar melhor no tópico seguinte.

## 6. ANIMAIS SELVAGENS

É comum os humanos acreditarem que ambientes naturais, onde não há intervenção humana, são lugares extremamente agradáveis para os animais que lá vivem, ou que ao menos seja um ambiente onde há mais prazeres do que sofrimentos. Porém, a vida na natureza não é assim. Isso porque a maioria dos animais que ali vivem levam vidas miseráveis e terminam morrendo prematuramente por fome, doenças ou ataques de outros animais (HORTA, 2010b; CUNHA, 2018).

Normalmente, a visão equivocada da natureza se dá porque esse comentário é feito focando em espécies cuja vida não representa a maioria nesses ambientes, como grandes mamíferos (leões, tigres, veados, vacas), os quais são animais que se reproduzem gerando poucos filhotes a cada gestação (assim como os humanos), quando na realidade, a maioria dos animais na natureza se reproduzem gerando grandes quantidades de descendentes que podem variar de dezenas até milhões de filhotes em apenas uma ninhada (como peixes, por exemplo). O resultado disso é que animais que produzem poucos filhotes podem cuidar para que eles (ou uma parte razoável) sobrevivam até a maturidade, enquanto animais que produzem muitos filhotes não podem cuidar deles, normalmente são espécies de indivíduos que abandonam os recém-nascidos assim que botam a ninhada. A consequência final é que pouquíssimos desses filhotes sobrevivem, enquanto o restante (a esmagadora maioria) morrem de fome, condições climáticas, parasitismo e predação.

O bacalhau-do-atlântico (*Gadus Morhua*), por exemplo, é um peixe que vive no Golfo do Maine e pode botar de poucas centenas até muitos milhões de ovos de cada vez. Foi estimado que, em 2007, existiam cerca de 33.700 toneladas de bacalhau-do-atlântico nessa região, e um bacalhau adulto pode pesar entre 25-35kg.

Assumindo que eles pesem 33,7kg, existem cerca de um milhão desses animais no Golfo do Maine - 33,7kg é um número para uso prático e não é realista, já que não são todos peixes que chegam à vida adulta (HORTA, 2010b). O resultado é uma gigantesca produção de indivíduos capazes de sofrer, dos quais a esmagadora maioria acaba levando vidas miseráveis e morrendo prematuramente (já que saem dos ovos com pouquíssimas capacidades de procurar alimentos ou de evitar que sejam comidos vivos, ou parasitados), um número inclusive muito maior do que a quantidade de seres humanos no mundo.

Apesar disso, existem correntes teóricas que não veem isso como um problema, como por exemplo o ecologismo (FARIA, 2012; CUNHA, 2018). Em 1949, o teórico ecologista Aldo Leopold defendeu que algo é correto quando tende a preservar a integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica, e incorreto quando tende ao oposto (LEOPOLD, 2000). Isto é, para o ecologismo o que importa não são os indivíduos sencientes, mas sim os ecossistemas. Dessa forma, se algo contribui para preservar a integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica, é automaticamente considerado justificado, independentemente de quanto sofrimento ou quantas mortes isso cause (FARIA, 2012).

Por exemplo, ao considerarem que existiam ovelhas demais na Ilha de Santa Cruz, na Califórnia, criaram um programa ecologista de “limpeza biológica” o qual matou mais de 37.000 indivíduos para que chegassem ao número desejado (SHELTON, 2004). O mesmo segue em leis como o Real Decreto 1628/2011 da Espanha, o qual estabelece um catálogo de espécies a serem exterminadas<sup>11</sup>. E outros programas, como o da “ecologia do medo”, que consistem em inserir predadores em determinados ambientes para que esses matem parte dos indivíduos que vivem ali. Esses programas buscam diminuir a quantidade de indivíduos de uma espécie matando, direta ou indiretamente, parte desses indivíduos (FARIA, 2012). Faz-se relevante ressaltar que não é apenas por meio de programas de extermínio que o ecologismo prejudica os animais não-humanos, pois expandir um ambiente natural como medida ecologista, por exemplo, significa produzir uma grande quantidade de novos seres sencientes que, se

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.boe.es/boe/dias/2011/12/12/pdfs/BOE-A-2011-19398.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

não tiverem ajuda adequada com suas dificuldades, vão levar vidas miseráveis até a morte, expostos à fome, sede, frio, parasitas, doenças, acidentes e predação.

Além disso, a lógica de que devemos priorizar a preservação dos ecossistemas ao invés do bem-estar dos seres *sencientes*, também tem consequências para com os humanos, pois eles estão inseridos nos ecossistemas. Isso significa que, se é automaticamente justificado sacrificar animais não-humanos de determinadas espécies porque existem em um número maior do que o desejado pelos ecologistas, também seria justificável sacrificar um número de humanos quando esses estivessem em um número excedente: e hoje em dia, com 7 bilhões de humanos no mundo, há um excedente populacional perante a visão ecologista - o que justificaria um extermínio de seres humanos em larga escala, assim como fazem com animais não-humanos.

Obviamente, são raras as situações em que os próprios adeptos dessa teoria levam-na a sério de forma coerente, como o ecologista Pentti Linkola (2009) levou, defendendo que deveríamos aplicar essas práticas também aos humanos. A maioria dos teóricos ecologistas só defendem que devemos priorizar a preservação dos ecossistemas quando os prejudicados são os animais não-humanos, mas quando o assunto no prejuízo aos humanos, a conclusão, de forma incoerente, muda. Isto é, esses teóricos mudam de posicionamento quando o ecologismo requer que humanos sejam prejudicados, e somente nesses casos, ignorando suas premissas (FARIA, 2012). Esse é um tipo de tratamento desfavorável e injustificado contra indivíduos que não pertencem à espécie humana, isto é, um tipo de especismo. Não há justificativa para aplicar um princípio ético apenas quando ele prejudica a espécie da qual não pertencemos.

O igualitarismo é incompatível com qualquer tipo de discriminação e, por isso, se preocupa com todos os seres *sencientes*, independentemente de onde estejam sendo prejudicados, ou que os prejudique. Sendo assim, a quarta consequência é: o igualitarismo exige que, além de sermos veganos e ajudarmos a acabar com a exploração animal, ajudemos ativamente aqueles animais selvagens que não estão sendo explorados, mas precisam de ajuda, de forma a diminuir o saldo total de desigualdade entre os indivíduos *sencientes* (HORTA, 2016). Por ser um assunto muito amplo, não cabe falar sobre as maneiras de ajudar animais não-humanos que sofrem de danos naturais neste artigo. Algumas informações sobre pequenas ajudas paliativas podem ser

encontradas facilmente na página da organização Animal Ethics,<sup>12</sup> porém esse tipo de ajuda demanda de uma grande quantidade de recursos e não alcança um número expressivo de animais beneficiados, sendo necessária a criação de formas mais eficazes para ajudá-los.

Com uso da tecnologia, é possível criar formas eficazes no auxílio de um maior número de animais demandando menos recursos. Para que essa tecnologia seja criada, no entanto, faz-se necessária a realização de pesquisas sobre os danos naturais que os animais sofrem e questões relacionadas ao tema, as quais não são incentivadas pelos governos e pela maioria da comunidade acadêmica, geralmente porque tais instituições tradicionalmente fazem leis e pesquisas nessa área por uma visão ecologista. Assim, para ajudar de forma eficaz os animais não-humanos que vivem na natureza, é preciso mudar a forma de pensar dessas instituições. Essa questão é debatida na parte final do artigo “Egalitarianism and Animals”, de Oscar Horta (HORTA, 2016).

## **7. PRIORIDADE DE AJUDA AOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS**

Entre os humanos que buscam ajudar os mais prejudicados, alguns acreditam ser possível atingir o objetivo ajudando ou fazendo ativismo em prol de humanos que estão em situações muito ruins.

Caso esses seres humanos fossem os indivíduos que estão na pior situação, o igualitarismo exigiria que nós os ajudássemos e que déssemos prioridade a socorrê-los, ao invés de socorrer outros indivíduos - como animais não-humanos (FARIA, 2014). Em geral, porém, os humanos não estão em situação pior que a dos não-humanos. Como mostrei no tópico 6, um pequeno grupo de peixes é capaz de gerar mais indivíduos que a quantidade de humanos vivos no mundo, de forma que a esmagadora maioria desses descendentes morrem de forma prematura e violenta, seja por predação, parasitismo, fome, condições climáticas. O mesmo acontece com a maioria das outras espécies de não-humanas que se reproduzem em larga escala. Assim, o sofrimento entre os animais não-humanos é muito maior que entre os humanos por dois motivos: 1) a quantidade de

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.animal-ethics.org/wild-animal-suffering-section/helping-animals-in-the-wild/>>. Acesso em 20 out. 2018.

animais não-humanos existentes existente é astronomicamente maior que a quantidade de humanos no mundo; 2) humanos, na maioria das vezes, têm o mínimo de amparo contra danos naturais, como vacinas e atendimento médico básico, enquanto a maioria dos animais não-humanos (os quais vivem em ambientes selvagens) não têm (HORTA, 2015).

É verdade que muitos humanos estão em situações terríveis, mas quando falamos sobre a maioria dos animais não-humanos, os quais vivem em ambientes selvagens, estar em uma situação terrível é uma norma (HORTA, 2015). Todos seres *sencientes* têm a capacidade de ter prazer e sofrer e, conseqüentemente, a capacidade de ter o interesse em viver, mas é notável que para a maioria dos animais não-humanos o sofrimento é constante e a morte é violenta e prematura, enquanto entre os humanos os números são menos pessimistas.

Segundo a Lista da Organização Mundial da Saúde, de 2015, a expectativa média de vida de seres humanos é de 71.4 anos<sup>13</sup>, um cenário muito diferente da maioria dos animais não-humanos, que morrem pouco depois do nascimento. Sendo assim, como o igualitarismo busca sempre dar prioridade a aquele que está em condição de maior risco, e os animais não-humanos o estão, o igualitarismo exige que sempre devemos dar prioridade a ajudar animais não-humanos, não-humanos que vivem na natureza, ao invés de ajudar os humanos (HORTA, 2016). Como mostrei no tópico 5, essa posição foi objetada pelo teórico Peter Vallentyne (2005) em “Of Mice and Men”, mas seu argumento é inconsistente, e a maioria dos autores igualitaristas que escreveram sobre animais não-humanos discordam de sua postura.

## 8. CONCLUSÃO

O igualitarismo se diferencia do utilitarismo, pois este busca o maior saldo total de bem-estar entre os indivíduos, independentemente de como ele está distribuído, enquanto para o igualitarismo o que importa é a distribuição igualitária (HORTA, 2010c) e para o prioritarismo, que busca a igualdade apenas instrumentalmente, e não a considera boa em si como o igualitarismo prescreve (FARIA, 2014).

---

<sup>13</sup> (WHO, 2016).

É uma teoria incompatível com qualquer tipo de discriminação (HORTA, 2010c) e, conseqüentemente, incompatível com a discriminação contra indivíduos que não pertencem à espécie humana (HORTA, 2016). Além disso, a perspectiva em destaque prescreve que devemos priorizar o atendimento das necessidades daqueles que estão na pior situação (FARIA, 2014). Mesmo assim, a maioria dos autores igualitaristas ignoraram o debate sobre os animais não-humanos, que são seres *sencientes* e em condições desfavoráveis (HORTA, 2016). Não há justificativa para ignorar ou dar menor consideração a esses animais na literatura igualitarista, sendo essa omissão um exemplo de discriminação contra indivíduos que não pertencem à espécie humana, isto é, especismo (HORTA, 2016).

Este artigo mostra que o igualitarismo têm várias conseqüências para com animais não-humanos, as quais foram ignoradas injustificadamente durante boa parte da história da teoria, incluindo a de que eles devem receber prioridade no atendimento de suas necessidades, especialmente os que vivem na natureza, pois estes são os que estão na pior situação. Entre as conseqüências também estão a obrigação de não apenas boicotar a exploração animal, mas sim, ajudar ativamente os animais não-humanos dando prioridade àqueles que vivem na natureza, os quais dependem da mudança de pensamento do meio acadêmico e político (no qual predomina o pensamento ecologista) para que recebam ajuda de forma eficaz, por meio de tecnologia.

## REFERÊNCIAS:

BENTHAM, J. *An Introduction to the Principles of Moral and Legislation*. Batoche Books: Kitchener, 2000.

CORTINA, A. *Ética Mínima*. Martins Fontes: São Paulo, 2009.

CUNHA, L. C. *O Conseqüencialismo e a Deontologia na Ética Animal: uma Análise Crítica Comparativas das Perspectivas de Peter Singer, Steve Sapontzis e Gary Francione*. Dissertação (Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Filosofia). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://masalladelaespecie.files.wordpress.com/2011/01/luciano-carlos-cunha-consequencialismo-dentologia.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.

\_\_\_\_\_. *Vítimas da Natureza: implicações Éticas dos Danos que os Animais não Humanos Padecem em Decorrência dos Processos Naturais*. Tese (Doutorado).

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia: Florianópolis, 2018.

DOWNES, S. *Stephen Downes Guide to the Logical Fallacies*, University of Alberta: Canada, 1995. Disponível em: <<http://www.fallacies.ca/welcome.htm>>. Acesso em 15 out. 2017.

DWORKIN, R. *What Is Equality? Part 1: Equality of Welfare*. *Philosophy and Public Affairs*, 10, 1981a, p. 228–40.

\_\_\_\_\_. *What Is Equality? Part 2: Equality of Resources*. *Philosophy and Public Affairs*, 10, 1981b, p. 283–345.

FARIA, C. Muerte entre las flores: el conflicto entre el ecologismo y la defensa de los animales no humanos. *Viento Sur*. N. 125, 2012.

\_\_\_\_\_. Equality, Priority and Nonhuman Animals, *Dilemata*, Vol. 14, p. 225-236, 2014. Disponível em: <<http://www.dilemata.net/revista/index.php/dilemata/article/viewFile/272/296>>. Acesso em: 20 out. 2018.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations, “Livestock Primary”, FAO statistical Database, 2012, Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/569/default.aspx#ancor>>. Acesso em: 25 out. 2018.

FRANCIONE, G. Peter Singer: O Proponente Moderno de Bentham. In.: *Introdução aos Direitos Animais*. Editora da Unicamp, Trad. Regina Rheda: Campinas-SP, 2001, p.232-235.

HOLTUG, N. & LIPPERT-RASMUSSEN, K. An Introduction to Contemporary Egalitarianism. In: *Egalitarianism: New Essays on the Nature and Value of Equality*. Oxford University Press: Oxford, 2006, p.1–37.

HORTA, O. Egalitarianism and Animals, *Between the Species*, Vol. 19, p. 109-145, 2016. Disponível em: <<http://digitalcommons.calpoly.edu/bts/vol19/iss1/5/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

\_\_\_\_\_. What Is Speciesism? *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, Vol. 23, 2010a, p. 243-266. Disponível em: <<https://philpapers.org/rec/HORWIS>>. Acesso em: 20 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Debunking the Idyllic View of Natural Processes: Population Dynamics and Suffering in the Wild, *Télos Revista Iberoamericana de Estudios Utilitaristas*, Vol. XVII/1, p. 73-88, 2010b. Disponível em <<http://www.usc.es/revistas/index.php/telos/article/download/284/250>>. Acesso em: 15 out. 2017.

\_\_\_\_\_. El igualitarismo y la doble confusión de Sidgwick, *Télos*, VI. 16, 2008, pp. 43-51. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3117039>>. Acesso em: 15 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Igualitarismo, igualación a la baja, antropocentrismo y valor de la vida, *Revista de Filosofía de la Universidad Complutense de Madrid*, Vol. 35, Núm. 1, p. 133-152, 2010c. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/RESF/article/view/RESF1010120133A>>. Acesso em: 15 out. 2017.

\_\_\_\_\_. O Problema do Mal Natural: Bases Evolutivas da Prevalência do Desvalor, *Revista Brasileira de Direito Animal*, 2015, v. 10, n. 20, p. 111-135. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/15299/10479>>. Acesso em: 15 out. 2017.

LEOPOLD, A. *Una ética de la tierra*. Los Libros de la Catarata. Madrid. 2000.

LESLIE, J. *The End of the World: The Science and Ethics of Human Extinction*, Routledge, 1996.

MILL, J. Stuart. *Utilitarianism*. Batoche Books. Kitchener. 2001.

MOOD, A. & BROOKE, P. “Estimating the Number of Fish Caught in Global Fishing Each Year”, *Fishcount.org.uk*, 2010. Disponível em: <<http://www.fishcount.org.uk/published/std/fishcountstudy.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

KANT, I. *Groundwork for the Metaphysics of Morals With Essays*. Yale University Press. 2002.

PARFIT, D. *Equality or Priority*. Kansas: University of Kansas, 1995.

ROUSSEAU, J. J. *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. LP&M. Porto Alegre. 2008.

RAWLS, J. *Uma Teoria da Justiça*. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

PERSON, I. *Basis for (Interspecies) Equality*, The Great Ape Project, p. 183-193, New York, 1993.

SINGER, P. *Ética Prática*. Martins Fontes: São Paulo. 2002.

\_\_\_\_\_. *Todos os animais são iguais*, Libertação Animal, Editora WMF Martins Fontes, Trad. Marly Wincler, Marcelo Brandão Cipolla, São Paulo, 2010.

TEMKIN, L. S. *Inequality*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

SIDGWICK, H. *The Methods of Ethics*, 7 ed., Thoemmers Press, Bristol, 1996, pp. 416-17.

SHELTON, J. A. Killing Animals that Don't Fit In: Moral Dimensions of Habitat Restoration. *Between the Species*, 2004. 13 (4), p. 1-21.

U.S. *Census Bureau*, Statistical Abstract of the United States: 2012, p. 835. Disponível em: <<https://www.census.gov/library/publications/2011/compendia/statab/131ed.html>>. Acesso em: 15 out. 2017.

VALLENTYNE, P. Of Mice and Men: Equality and Animals, *Journal of Ethics*, 2005, p. 403-433. Disponível em: <[http://klinechair.missouri.edu/docs/equality\\_and\\_animals\\_copenhagen.pdf](http://klinechair.missouri.edu/docs/equality_and_animals_copenhagen.pdf)>. Acesso 15 out. 2017.

VEGANAGENTE. ONG protetora “de animais” faz almoço de pratos com carnes e queijos. 2013. Disponível em: <<https://http://veganagente.com.br/ong-protetora-de-animais-faz-almoco-de-pratos-com-carnes-e-queijos/>>. Acesso em 20 out. 2018.

WHO, Life expectancy *Data by WHO region*. 2016. Disponível em: <<http://apps.who.int/gho/data/view.main.SDG2016LEXREGv?lang=en>>. Acesso em: 15 out. 2017.